

“CURAR” Diálogos Pós-disciplinares¹

Paulo Ferreira da Cunha²

Resumo: *Curar* significa ao mesmo tempo promover um pleno restabelecimento da saúde pessoal, como também da saúde coletiva, o bem-estar (antigamente dir-se-ia mais “bem comum”) de uma sociedade. Quem detém o poder detém “a cura” da sociedade, e da sociedade política, o Estado.

Palavras Chave: Medicina, Magia, Cura, Política, Estado, Fé, Crença.

Abstract: Cure (healing) means, at the same time, promoting a full restoration of personal health, as well as collective health, the well-being (formerly one would say more often "common good") of a society. Whoever holds power holds “the cure” of society, and of political society, the state.

Keywords: Medicine, Magic, Cure, Healing, Politics, State, Faith, Belief.

*Vita brevis, ars longa, occasio praeceps,
experimentum periculosum, iudicium difficile.*

Hipócrates

I. *Medicina e “Crença”*

Em que medida é necessária fé ou crença para se alcançar a cura, médica ou fruto de curandeirismo (se, neste caso, tal for ou fosse possível)? – sintetizaríamos assim o nosso primeiro problema.

Pessoalmente, creio que é decerto preciso (mesmo pensando apenas do ponto de vista lógico) fazer uma distinção quando se fala de Medicina e fé ou Medicina e crença, ou convicção. É, antes de mais, uma destrição entre aquelas intervenções médicas (ou outras, afins) que têm um resultado pelo menos aparentemente, ou geralmente, comprovadíssimo e outro tipo, mais aleatório, de intervenções e seus respetivos resultados. São esses, no que a tal respeita, os dois grandes grupos a considerar.

¹ No dia 20 de abril de 2021, tivemos a honra e o gosto de *orientar* (por vídeo conferência, evidentemente) um Seminário sobre “Medicina e Magia. Uma perspectiva Filosófico-Jurídica”, no âmbito da unidade curricular “Medicina e Filosofia” do curso de Mestrado integrado em Medicina da Faculdade de Medicina da Universidade do Porto, regida pelo diretor da Faculdade, Prof. Doutor Altamiro da Costa Pereira. A ele e ao Prof. Doutor José Pedro Nunes, da mesma Faculdade, que inicialmente mediu o convite e que fez a nossa apresentação no evento, o nosso muito obrigado. Um livro vai sair desenvolvendo a nossa intervenção principal. Mas gerou-se depois da nossa (longa) intervenção inicial um debate muito rico, no final, que nos suscitou respostas que alguns acharam que não se deveriam perder, e que deveriam ser publicadas desde já. São essas respostas que aqui ligeiramente adaptamos a um desataviado e despretenso artigo. Muito agradecemos, em geral (na impossibilidade de a todos identificar, e para não suscetibilizar ninguém, certo de que todos compreenderão o agradecimento sem nomes), aos Professores já referidos e a todos os intervenientes que suscitaram estas reflexões.

² Juiz Conselheiro do Supremo Tribunal de Justiça (Catedrático da Faculdade de Direito da Univ. Porto, com funções suspensas para o exercício da magistratura judicial).

Numas situações, será preciso ter menos fé que noutras, embora talvez sempre seja necessário um certo grau de fé, de convicção, ao menos de confiança. Ao colocarmo-nos nas mãos de alguém que nos dizem ou que diz que cura (mas que também, na prática, poderá não o conseguir fazer – é sempre um risco) sempre temos que, de algum modo, até certo ponto, confiar. Assim, ser-se avesso, reticente, cético, não empático, relativamente a um certo tratamento (não se ser ao menos expectante, ou neutro) talvez mobilize *anticorpos psicológicos* contra os processos de cura. Quem sabe? Hoje parece tender-se para assim se pensar (o pensamento, por assim dizer de moda, vai muito no sentido da convicção *mover montanhas* – tal não era o que ocorria na minha infância, por exemplo: seria absurdo então que se desse uma dimensão realmente prática e consequente a adágios, que então já corriam, mas apenas teoricamente, como “querer é poder” ou “a fé move montanhas”)... Ninguém toma uma aspirina se não tiver, ao menos, esse *grau zero* de fé no medicamento. Ninguém sequer procura um médico se a não possuir, pelo menos em algum grau...

Há, assim, naqueles casos mais claros, uma ação e em consequência um resultado comprovado. Há uma reputada concatenação entre a intervenção e o resultado – é algo de simples e tranquilizador. Os placebos são uma realidade de há muito...

Isto coloca, como se sabe, mesmo a um leigo, alguns problemas, digamos “teóricos”, até do ponto de vista do que se vai sabendo da Física. Admitamos que, em determinadas condições, há algumas intervenções que levam necessariamente a um resultado, com uma causalidade definida e segura. Ou seja, uma causa produz um efeito, sem o contributo, por assim dizer psicológico, ou o contributo do observador. E dizemo-lo assim, pois se tem presente a ideia de que há realidades, mesmo físicas, que são alteradas pela existência de um observador, o que é uma coisa de facto fascinante, pelo menos para um leigo. E, portanto, em que medida é que poderá haver coisas que estão numa espécie de vácuo e são absolutamente regidas por um mecanicismo imediato, *post hoc ergo propter hoc*? Acontece isto, porque ocorreu depois daquilo. E isto é a causa eficiente daquilo.

Estou convencido de que este mecanismo simples ocorrerá em algumas situações. Não posso dizer quais, não saberia fazê-lo, mas tenho a intuição, que creio ser geral, de que existem casos destes. Aliás, se não existissem, a vida quotidiana seria uma grande incerteza. Teríamos dificuldade em conduzir-nos na vida. Bertrand Russel ironizou com a mania da relatividade aplicada a coisas do dia-a-dia³. Não nos levantamos quotidianamente e não perguntamos (já que *tudo seria relativo*), onde está, em cada dia, a Torre dos Clérigos, ou a Torre de Belém, ou a Torre da Universidade de Coimbra. Todos admitimos que ao fazer determinados atos, iremos obter um certo resultado. E isso porque há uma certa estabilidade das coisas. Realmente, mesmo para tudo ser relativo, é preciso que nem tudo o seja⁴.

Posso conceber, por exemplo, um bilhar em que uma determinada tacada com uma dada orientação, com uma certa intensidade, irá resultar em que a bola deslize, se não houver obstáculos, e vá ter direitinha a um certo lugar. Bastaria saber geometria e física (mecânica). Por uma física mecanicista, será assim. *Tiro e queda* – poderá dizer-se. Mas também há um outro problema... Eu tenho aqui uma caixinha de medicamentos, tomo um comprimido e... posso dizer que este medicamento vai-me fazer bem a esta ou aquela afeição, porque está cientificamente comprovado que quem

³ RUSSEL, Bertrand, *ABC da Relatividade*, trad. port. reimp., Lisboa, Europa-América, 1981.

⁴ Falta-nos relativização da relativização. DA MATTA, Roberto, *Relativizando. Uma Introdução à Antropologia Social*, Rio de Janeiro, Rocco, 2010. Isso é muito patente, por exemplo, na ideia comum (bem diferente do sentido dos Evangelhos) de “não julgar”, o célebre “não julgarás” – cf. o nosso livro *Crimes & Penas*, Coimbra, Almedina, 2020, p. 268 ss.

o toma vai ter um efeito x ou y, que será benéfico para a saúde (claro, desde que se tome no horário e quantidade prescritos, etc.).

Há dois tipos de crença, aí. Há a crença meramente científica, no contexto da qual acreditamos que o resultado da ingestão do fármaco, pelos testes efetuados, pela análise da composição química do produto, etc., será benéfica. Ou me será benéfica, em particular (analisada a minha concreta situação clínica). Numa perspetiva meramente objetiva, pois. Mas, lá está: há coisas que voltam sempre... Se eu envolvo estes medicamentos de uma aura especial, se eu faço uma magnetização, um abracadabra, uma mentalização (que sei eu!), pode ser uma coisa explícita ou implícita... Se eu invisto de alguma maneira num elemento irracional, pelo menos não evidente, comprovável, objetivo? Aí o fármaco (ou outra coisa qualquer de ingerir, untar, absorver, aspirar, etc.) adquire, pelo menos para quem nisso acredite, uma outra qualidade. Sendo rigoroso: alguns creem que possuirá um poder especial.

A partir de uma certa idade, as pessoas vão começando a trocar experiências médicas e afins. É uma conversa que aqui há uns anos achava completamente entediante, mas hoje vou ouvindo, e até vou participando... Ora, há pessoas que dizem: “se tomares o remédio *tal ou tal é tiro e queda*”. As pessoas fazem uma espécie de propaganda a determinados medicamentos ou tratamentos *lato sensu* (não vou dizer nenhum, mas vêm-me à cabeça uma série deles). “O efeito é excecional, a dor passa imediatamente”. Nós temos um conjunto de comportamentos padronizados. Gabriel de Tarde tinha muita razão nas suas leis da imitação⁵. Somos, na verdade, seres repetitivos, e imitativos. Da mesma forma que havia os chamados *advogados de lareira* (que sabiam imenso, pelo menos direito das sucessões – sabiam, por vezes, exatamente como se faziam as partilhas...), também há *práticos de medicina*... São afinal médicos “empíricos” (recordemos, por exemplo, Molière⁶). E portanto, a partir daí, há até esses vendedores benévolos de soluções, que aliás não ganham nada de material com os seus conselhos. Apenas ganham o prestígio entre os amigos de terem dado uma boa orientação (por vezes não será tão boa...). Isso ocorre todos os dias e com certamente muitas doenças... Voltemos à fé: esses têm fé. E os demais podem acreditar ou não. Depende da própria experiência. Se não experimentarem, poderão ficar numa espécie de agnosticismo.

Há, portanto, vários tipos de convicções. Alguns têm fé arreigada no poder curativo de certas drogas, dietas, exercício... Mas há uma coisa mais complicada que é a fé em determinadas pessoas, que fazem certo conjunto de tratamentos, ou possuem certos poderes especiais, ou tidos por tais. “Basta olhar para ele, e a pessoa fica livre dos demónios que o assaltam, ou que o possuíam”. Ou então: “ele impõe as mãos, e o paciente está curado”. Há toda uma componente de um outro conjunto de crenças.

Quanto à dimensão curativa do poder, há duas obras importantíssimas sobre isso. Uma é *Os dois corpos do rei* e outra é *Os reis taumaturgos*⁷. É muito importante historicamente comparar essas dimensões: médicas, políticas, religiosas. O livro de Albert Nollan⁸ sobre Jesus, no fundo o que creio revelar, a este respeito, é que Jesus (o

⁵ DE TARDE, Gabriel, *Les Lois de l'imitation*, Paris, 1895, trad. port., *As Leis da Imitação*, Porto, Rés, s/d..

⁶ MOLIÈRE, *Le Médecin Volant*, ed. Pléiade, Paris, Gallimard, 1971, p. 31 ss..

⁷ KANTOROWICZ, Ernst, *The Kings two bodies. A Study in Mediaeval Political Theology* Princeton Univ. Press, 1957 e trad. fr. de Jean Philippe Genet e Nicole Genet, *Les Deux Corps du Roi. Essai sur la Théologie Politique au Moyen Âge*, Paris, Paris. Gallimard, 1989; BLOCH, Marc, *Les rois thaumaturges. Etude sur le caractère surnaturel attribué à la puissance royale particulièrement en France et en Angleterre*, préface de Jacques Le Goff, reedição corrigida, Paris, Gallimard, 1983 (1.ª ed., Paris, Armand-Colin, 1961).

⁸ NOLLAN, Albert, *Jesus Before Christianity*, Nova Iorque, Orbis Books, 2007, trad. port. com Prefácio de Eugénio da Fonseca, *Jesus antes do Cristianismo*, Prior Velho, Paulinas, 2010.

que pode chocar alguns, mas é um sacerdote católico que o escreve) era uma figura que se impunha. Era aliás uma Pessoa muito bem vestida (a túnica, de uma só peça, sem costuras, não pôde ser cortada, teve que ser jogada aos dados pelos soldados romanos quando morreu – não se podia dividir uma túnica excepcional, como a dos Sumo Sacerdotes, como aquela⁹; e há ainda a passagem sobre os pobres e os perfumes – “pobres sempre os tereis entre vós”¹⁰). Não estamos no ponto de vista político, mas religioso. Porém, nesse tempo havia uma síncrize. A distinção entre essas realidades estava muito esbatida, pelo menos. Não como hoje.

O que se passava então? Digamos que a comoção de um leproso ao qual Jesus impõe as mãos (obviamente, não se diz que todos os milagres tiveram esta dimensão, mas alguns parece terem tido uma componente de fascinação). Perante uma figura absolutamente excepcional, de poder (voltando a Rudolf Otto, seria uma expressão de *ganz Andere*, o “totalmente diferente”¹¹), pode haver uma comoção catártica. Esse esplendor, comovia e curava. Jesus seria uma emanção do *totalmente diferente*, ou ele próprio já o *totalmente diferente*. E, maravilhadas, perante isso as pessoas curaram-se. A situação com os reis é, *mutatis mutandis*, semelhante. Os reis descem por momentos da sua pompa e interessam-se pelos pobres e doentes... E impõem-lhes as mãos. Eram poderes sobretudo para doenças do foro dermatológico. Ainda hoje julgo saber serem coisas misteriosas e subtis. Os reis taumaturgos tinham um poder sobretudo sobre doenças de pele – provavelmente com dimensão psicológica. E pode plausivelmente haver efeitos pelo resplandecer das figuras monárquicas e também – não esqueçamos – pela fé no poder curativo dos monarcas, que nessa altura estava difundida. Parece que tal ainda ocorre com certos líderes religiosos.

Não resisto a uma comparação dessas monarquias, em que os reis eram sagrados com óleos sagrados (em França, por exemplo, era em Reims) – ficavam assim num sacerdócio místico – com o que ocorria em estados menos imbuídos dessa sacralidade política. Em Inglaterra e em França, os reis encontravam-se ligados, pois, a uma dimensão religiosa. Em Portugal nem tanto. Não havia aqui sagração, e quanto a coroação, a partir de D. João IV deixamos de ter coroa, ela foi doada a Nossa Senhora. E mesmo em Portugal havia a necessidade de aclamação do rei, certamente uma reminiscência da monarquia visigótica, que era eletiva – era, assim, a portuguesa, uma monarquia mais democrática. Veja-se o livro de Jaime Cortesão, sobre *Os fatores democráticos na formação de Portugal*¹², e o capítulo da *Arte de ser Português*¹³, de Teixeira de Pascoaes, sobre os aspetos jurídicos e políticos da nossa feição nacional.

Os nossos reis eram diferentes. Pascoaes faz uma comparação com as monarquias nórdicas (em que ainda se faziam sacrifícios humanos por volta do séc.

⁹ Cf., por exemplo, Jo., XIX, 23-24: “Tendo, pois, os soldados crucificado a Jesus, tomaram as suas vestes, e fizeram quatro partes, para cada soldado uma parte; e também a túnica. A túnica, porém, tecida toda de alto a baixo, não tinha costura. Disseram, pois, uns aos outros: Não a rasguemos, mas lancemos sortes sobre ela, para ver de quem será. Para que se cumprisse a Escritura que diz: Repartiram entre si as minhas vestes, E sobre a minha vestidura lançaram sortes. Os soldados, pois, fizeram estas coisas.”

¹⁰ Por exemplo, Jo. XII, 3-8: “Então Maria, tomando uma libra de bálsamo de nardo puro, de grande preço, ungiu os pés de Jesus, e os enxugou com os seus cabelos; e encheu-se a casa do cheiro do bálsamo. Mas Judas Iscariotes, um dos seus discípulos, aquele que o havia de trair disse: Por que não se vendeu este bálsamo por trezentos denários e não se deu aos pobres? Ora, ele disse isto, não porque tivesse cuidado dos pobres, mas porque era ladrão e, tendo a bolsa, subtraía o que nela se lançava. Respondeu, pois Jesus: Deixa-a; para o dia da minha preparação para a sepultura o guardou; porque os pobres sempre os tendes convosco; mas a mim nem sempre me tereis”.

¹¹ OTTO, Rudolf — *Das Heilige*, trad. fr. de A. Jundt, *Le Sacré*, Paris, Payot, 1949.

¹² CORTESÃO, Jaime, *Os Factores Democráticos na Formação de Portugal*, 4.^a ed., Lisboa, Livros Horizonte, 1984.

¹³ PASCOAES, Teixeira de, *Arte de Ser Português*, nova ed. com prefácio de Miguel Esteves Cardoso, Lisboa, Assírio & Alvim, 1991, p. 78 ss..

VIII d.C.), quando impúnhamos à monarquia, aqui na Península Ibérica, uma forma contratual: “és rei se agires retamente. Se não agires retamente, não o és” (é a fórmula do *rex eris*...). E a nossa História tem, como sabemos, casos de deposição de reis. O passo de Pascoaes é significativo. Pode ser mais ou menos real, mais ou menos histórico, mas tem, pelo menos, a verdade mítica das grandes narrativas em que os povos creem (como as Cortes de Lamego, por exemplo – um caso de “dizer verdade a mentir”):

“Temos ainda os forais e os princípios de direito político estabelecidos nas antigas cortes, revelando o espírito de independência e liberdade que animou sempre a alma popular. Intervinha no governo do País, na sucessão do trono, em todos os actos de interesse geral que o Rei praticasse: a guerra e a paz, lançamento de impostos, etc. E exercia ainda uma esperta vigilância sobre o procedimento dos homens de Estado, alguns dos quais foram acusados e condenados! Em plena Idade Média, enquanto outros Povos gemiam sob o peso do poder absoluto, impúnhamos à nossa Monarquia a forma condicional: o Rei governará se for digno de governar, e governará de acordo com a nossa vontade, expressa em cortes gerais reunidas anualmente.”¹⁴

Voltando à questão da fé. Estou convencido que há uma componente de fé ou de crença, de convicção, de empenhamento, que é absolutamente aceitável, e até, às vezes, desejável. Quando um paciente olha para o médico e tem uma confiança grande no médico, por exemplo. Eu acho que me curo melhor quando tenho confiança na figura do clínico. Quando não há uma empatia, que dá ao doente essa confiança, essa fé (*fé* no sentido de confiança), muito provavelmente há um elemento quase hipnótico, digamos assim, um elemento psicológico, pelo menos, que pode ajudar bastante.

E pode ajudar, por exemplo, na resolução do doente em cumprir certas indicações médicas. A disciplina de um regime ou medicação depende dessa empatia, quantas vezes. Há, porém, pessoas que são vítimas da própria crença. A lei remete para debilidade, híper suscetibilidade, espírito influenciável, etc. Essas pessoas são muitas vezes presa fácil de embustes. Porque incapazes de discernir... vítimas, assim, da crença. Uma crença não já positiva, que leva à cura, mas uma crença negativa, que conduz ao engano.

Enquanto algumas crenças fortalecem, são motor e escudo e potenciam a cura (e até no sentido de auto cura), há, pelo contrário, outras que fragilizam as pessoas e as colocam à mercê do charlatanismo. As palavras não são talvez suficientes para explicar bem as diferenças entre fé e razão nestas áreas.

II. Magia, Medicina e Política

E se fizéssemos uma transposição, analogia ou metáfora (*metáfora* significa, em grego, *transporte*), das questões mítico-médicas para as mítico-políticas? A cura da sociedade, o salvador da sociedade (ou “da Pátria”), são expressões que nos podem induzir a isso... E os rituais mágicos confrontados com os democráticos...

A questão Estado e magia (e mito, ritual, etc.), digamos assim, tal como Estado e medicina, ou política (e política como remédio – ou paliativo, ou mesmo

¹⁴ *Idem, ibidem*, pp. 78-79.

veneno e não medicamento) é fascinante. Tudo isso são metáforas, eixos de leitura da realidade. Muito interessantes, e que podem revelar-se muito fecundos.

Estou convencido que, nos nossos dias, há mesmo algum *desencantamento do Mundo* (foi Marcel Gauchet que o desenvolveu, num livro homónimo¹⁵). O nosso mundo está, digamos, na sua dimensão mediática, *mainstream*, etc., numa situação de desencantamento. Não quer dizer que não haja, como ocorreu no Renascimento, uma proliferação de elementos do oculto, superstição, etc., a par da face mais visível de racionalidade. As épocas, como as pessoas, podem ser ambivalentes. Com fé no progresso, num frio e severíssimo cientismo, paira um hálito desinteressante de cinzento, e, por exemplo, dá-se o esvaziamento das florestas de todos os seus habitantes fantásticos. É o exílio das fadas, dos gnomos, das salamandras, de todos esses seres da fantasia, o esvaziamento do mágico. Mas o nosso presente não é só isso; ao mesmo tempo, é uma época em que prevalecem “outras magias”, que parece equilibrarem essa realidade. É uma situação muito interessante, complexa, e perigosa.

Vejamos a ideia da oscilação pendular entre os que acreditam no medicamento e passam depois a crer na mezinha, e vice-versa¹⁶. Ambos os casos convocam fé e alguma magia. Mas afinal é a mesma coisa: olhe-se o híper racional que não sai de casa sem consultar o horóscopo do dia. Por vezes, há casos perturbadores. Se um ignorante em astrologia for encarregado de inventar o horóscopo de um jornal, pode haver quem (por coincidência) ache que ele acerta e é, afinal, um grande mago... Gostaria de acreditar que um verdadeiro astrólogo imediatamente o desmascararia. Será assim?

Outro contributo importante é a análise psicossocial dos atores políticos. Relembremos os tipos de “legitimidade” e a diferente feição dos protagonistas do poder em Max Weber.

Começemos pela legitimidade patriarcal. Lembramos a figura do Coronel Ramiro na *Gabriela* de Jorge Amado. É um poder cheio de magia, patriarcal. Atente-se no charuto do coronel (muito evidente e impressionante na primeira telenovela, em que essa personagem era interpretada pelo genial ator Paulo Gracindo), ou no charuto de Getúlio Vargas. São símbolos, são amuletos, totens desse poder patriarcal, toda magia... E até uma espécie de varinha mágica. Realmente, essa legitimidade, não sei se ainda existirá muito.

Outras legitimidades são a legal-racional e a carismática. Um dia, era eu ainda jovem estudante de Direito em Coimbra, creio, estive em Portugal um grande filósofo alemão, Wolfgang Heilmann (infelizmente, se procurarmos na *Internet* não se encontrará). E numa roda de amigos, depois da sua brilhante palestra sobre assuntos europeus, falou-se sobre quem seria então o grande estadista da Europa. Foi complicado encontrar alguém. Acabou-se por escolher um político estrangeiro, mas as pessoas (de vários quadrantes políticos, aliás) concordaram com relutância e sem entusiasmo. Seria um líder legal-racional, certamente. Mas aí temos: não há muitas figuras carismáticas. Essa legitimidade que dá os líderes napoleónicos. E, como facilmente se compreende, pode ser muito galvanizadora, mas também pode ser terrível. O que é o carisma senão as línguas de fogo que poisam sobre as cabeças dos apóstolos no dia de Pentecostes, e os faz falar línguas? São elementos, todos esses, a

¹⁵ GAUCHET, Marcel, *Le désenchantement du monde*, Paris, Gallimard, 1985.

¹⁶ BOURGET, Pierre, *Os Acidentes Terapêuticos*, trad. port., Porto, Inova, 1974.

ponderar. Nós aqui não lhes vamos chamar mágicos. Mas tudo isso tem a ver com o *mana*, o que é sagrado¹⁷.

Os líderes patriarcais e carismáticos têm alguma “unção”. Os outros não. Mas tal nada depõe contra a democracia, que é o regime onde menos patriarcas e políticos de carisma emergem. Há líderes democráticos carismáticos. De entre os mais recentes, Churchill, De Gaulle, Mitterand, para não falar em portugueses... E depois não é esse o grande critério valorativo para apreciar a qualidade dos sistemas ou regimes políticos – não confundamos as coisas.

Uma sociedade democrática deveria ser suficientemente madura para poder escolher líderes que não precisassem de carisma especial, desde que fossem honestos, competentes e com programas benéficos. Infelizmente, de tempos a tempos, as sociedades democráticas, sempre corroídas pelas forças que o não são e a sua insidiosa propaganda, parecem cansar-se dos seus funcionários cumpridores e sem grande chispa, e lançarem-se nos braços de aventureirismos, protagonizados por personalidades que parecem propiciar a catarse das suas pulsões tanáticas, destruidoras. Por isso é que o contraveneno contra demagogia antidemocrática será, certamente, algum carisma democrático. Mas enquanto os líderes carismáticos antidemocráticos parecem facilmente emergir nesses setores, no seio de uma sociedade democrática e dos seus adeptos, há mil e uma teias e barreiras (e alçapões) que vão afastando os líderes carismáticos democráticos, muito preteridos pelo cinzentismo. Contudo, alguns irrompem. A questão é dar-lhes uns momentos de visibilidade... Mas são contos muito largos, estes¹⁸. E, evidentemente, não estamos a defender nenhuma solução; limitamo-nos a descrever o que cuidamos observar. São apenas juízos de realidade, de facto, não de valor.

É evidente que, mesmo numa sociedade que procura ser técnica, até tecnocrática, racional, etc., e numa sociedade que, ao retirar o tempo às pessoas (o tempo tem uma magia especial, no bom sentido), as funcionaliza, em robots, servos de outras racionalidades (não humanas, não humanizadas), é uma sociedade em que a falta de ócio, naturalmente, redundando na falta de imaginação, na falta de todo o tipo de re-ligações. E daí, obviamente, há também consequências. Religação é fundamental: com a natureza, a família, os afetos, para não falar numa transcendência (e aí é religião), dimensão esta de que, como se sabe, nem todos sentem a necessidade.

Uma certa asfixia da transcendência se deixa impor, no nosso tempo. E não é apenas transcendência religiosa. É toda. Há avanço do *sol negro*, do *buraco negro*, da *antimatéria*. Do Nada, do livro e do filme de Michael Ende, *A História Interminável*¹⁹. O que se associa ao desencantamento. Essa realidade é, contudo, compensada, porque, como dizia Bossuet, *o natural volta a galope*. A realidade essencial volta, e ela é múltipla. Somos animais que têm propensão para o sonho. Do mesmo modo que temos uma tendência imaginativa. Uma propensão imaginativa.

Falemos agora brevemente da ligação entre sufrágio (eleição, votação) e unção (real, sagrada, entre o político e o religioso). Aquele primeiro não deixa de ser um ritual. É um ritual massivo, mas é um ritual. Trata-se de uma legitimidade não através de fórmulas que veem de cima para baixo, mas de baixo para cima. Então, há elementos mágicos. Isto, para além do carisma pessoal de alguns protagonistas políticos. De vez em quando, há certas pessoas colocadas em dados lugares que têm

¹⁷ Cf., v.g., ELIADE, Mircea, *Tratado de História das Religiões*, nova ed., trad. port., Porto, Asa, 1992 (ed. anterior, Lisboa Cosmos); Idem, *O Sagrado e o Profano*, trad. portug. ded Rogério Fernandes, Lisboa, Livros do Brasil, s/d..

¹⁸ Sobre estas questões, perigosas e atuais, cf. o nosso *O IV Cavaleiro*, Coimbra, Almedina, 2020.

¹⁹ ENDE, Michael, *Die Unendliche Geschichte*, 1979, trad. port., *A História Interminável*, Lisboa, Presença, 1984.

formas de cumprimento das suas funções absolutamente rotineiras, burocráticas (fundam-se a tal legitimidade racional-legal, que também é, em grande medida, burocrática) e há, por outro lado, alguns outros que tudo isso transcendem, como magos. Isso também acontece com os médicos. Há médicos que, segundo uma voz comum, em certos países e situações, são uma espécie de “escravos” do computador. Há pessoas que se queixam que alguns desses médicos “digitais” se interessam mais pelo computador que pelas pessoas. Com uma grande base de dados atualizados, acreditariam que o computador daria as respostas. Outros médicos têm aquilo a que se chamava o *olho clínico*, aquela intuição de grandes diagnósticos, desde logo... Evidentemente que caricaturamos.

Em resumo e conclusão, há uma narrativa do mundo que é permeável a aspetos mais estranhos, mais sombrios, mais fantásticos, da realidade (ou do que se pensa sê-lo). Por exemplo, a luta entre “bruxos democráticos”, dos Aliados e “bruxos nazis”, de que se fala por vezes, na II Guerra Mundial, é fascinante, como história, pelo menos. Daria uma excelente série de *streaming*, ou pelo menos um filme, com os “bruxos da democracia” contra os da ditadura. A *guerra de titãs* da bruxaria. Tenha ou não ocorrido, tenha ou não tido qualquer efeito. Se é uma metáfora, ou não, importa pouco. Cada um tem a sua fé... Não é um encolher de ombros quanto ao obscurantismo. É apenas o direito à metáfora, ao sonho, pelo menos enquanto ele não colidir com a racionalidade social global que se impõe. Dizer coisas bizarras sobre a forma da terra (por exemplo, que seria plana) de modo algum equivale a ser negacionista no plano dos medicamentos, nomeadamente da vacinação.

Enfim, temos, nessa dimensão do político e do mítico, do político e do fantástico, todo um conjunto extraordinário de sugestões.

Recebido para publicação em 03-05-21; aceito em 18-05-21